

MENSAGEM Nº 07/2020.

Senhor Presidente;

Senhora Vereadora;

Senhores Vereadores;

Tenho a satisfação de encaminhar o Projeto de Lei Complementar nº 07, de 18 de março de 2020, que **“Dispõe sobre a Organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC, estrutura a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – CONDECON e o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC, e dá outras providências.”**

A proposta ora apresentada a essa Câmara, Senhor Presidente, tem por objetivo fundamental recriar a estrutura do PROCON MUNICIPAL, as reclamações ou consultas que envolvam apenas interesses ou direitos individuais, com o conserto ou troca de produtos, cobranças indevidas, descumprimento de contrato, não cumprimento de garantia, produto entregue diferente do pedido, aumento de mensalidade/prestação, deverão ser apresentadas pelo consumidor no Procon municipal.

A defesa do consumidor no Brasil pode ser pensada a partir de dois marcos legais principais, a Constituição de 1988 e a Lei nº 8.078/90, conhecida como **Código de Defesa do Consumidor - CDC**.

A Constituição se reporta em pelo menos três momentos aos direitos do consumidor. É no artigo 5º da Constituição Federal, em seu inciso XXXII, que encontramos a primeira referência ao direito do consumidor. Neste artigo, a Constituição não deixa dúvidas quanto à importância deste direito para a cidadania afirmando que caberá ao Estado promovê-la, na forma da lei. Ao tratar da ordem econômica, novamente a Magna Carta, em seu artigo 170, afirma que um dos seus princípios básicos é a defesa do consumidor. E, finalmente, nos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, a Constituição determinou que o Congresso Nacional promulgasse, em 120 dias após a sua própria promulgação, o Código de Defesa do Consumidor, o que, na prática, acabou demorando, aproximadamente dois anos, já que a Lei nº 8.078 data de 11 de setembro de 1990.

A edição do CDC concretizou no ordenamento jurídico esta orientação constitucional, portanto. Antes do CDC, os direitos dos consumidores estavam dispersos por vários diplomas legais, sem um tratamento sistêmico e específico, e, portanto, a defesa do consumidor não tinha a abrangência nem a consistência com que agora é tratada. A aprovação do Código veio demonstrar, por um lado, o crescimento do movimento em prol

desses direitos e, por outro, a disposição do poder público em consolidar a defesa desta dimensão da cidadania.

A municipalização do sistema de defesa do consumidor é fundamental para o sucesso da atuação do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor - SNDC, na medida em que a maior proximidade e identidade do órgão local com os consumidores e fornecedores, além dos ganhos em agilidade e legitimidade, possibilita pronta interação com os demais órgãos e instituições locais, como entidades civis e Ministério Público, viabilizando canais de comunicação especializados e dedicados para uso dos cidadãos.

A promulgação do Decreto nº 2181, de 20.03.97, que dispõe sobre a organização do SNDC, regulamenta a Lei nº 8.078/90 e revoga o Decreto nº 861/93, foi decisiva para a efetiva descentralização das atividades de fiscalização e defesa do consumidor, contribuindo tanto para sua interiorização quanto para harmonização de interesses entre os órgãos federais, estaduais e municipais que atuam na área.

Estas, Senhor Presidente e Senhores(as) Vereadores(as), são as razões que justificam o encaminhamento do presente projeto de lei, que ora submeto à elevada consideração dessa Casa, esperando, concessa máxima vênia a aprovação do presente Projeto de Lei, que nada mais faz do reestruturar o PROCON MUNICIPAL, dando outras providências.

Prevaleço-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência e a seus ilustres Pares a manifestação do meu singular apreço.

Iturama-MG, 18 de março de 2020.

ANDERSON BERNARDES DE OLIVEIRA
Prefeito do Município de Iturama/MG.



PROCON MUNICIPAL ITURAMA MG
18 MAR 2020 11:22:00

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 07, DE 18 DE MARÇO DE 2020.

“Dispõe sobre a Organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC, estrutura a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – CONDECON e o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – FMDC, e dá outras providências”.

O Prefeito do Município de Iturama, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais previstas no Artigo 69 e 106 da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente Lei Complementar:

CAPÍTULO I

Do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor

Art.1º A presente Lei estabelece a organização do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC, nos termos da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e do Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997.

Art. 2º São órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor – SMDC:

I - A Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON;

II - Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – CONDECON.

Parágrafo único. Integram o Sistema Municipal de Defesa do Consumidor os órgãos e entidades da administração pública municipal e as associações civis que se dedicam à proteção e defesa do consumidor, sediadas no Município, observado o disposto nos arts. 82 e 105 da Lei nº 8.078/90.

CAPÍTULO II

Da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON

Seção I

Das Atribuições

Art. 3º Fica reorganizado o PROCON municipal de Iturama, órgão vinculado à Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, destinado a promover e implementar as ações direcionadas à educação, orientação, proteção e defesa do

consumidor e a coordenar a política do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor, cabendo-lhe:

I - planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política municipal de proteção ao consumidor;

II - receber, analisar, avaliar e encaminhar consultas, reclamações e sugestões apresentadas por consumidores, por entidades representativas ou por pessoas jurídicas de direito público ou privado;

III - orientar permanentemente os consumidores e fornecedores sobre seus direitos, deveres e prerrogativas;

IV - encaminhar ao Ministério Público as notícias de fatos tipificados como crimes contra as relações de consumo e de violações a direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos;

V - incentivar e apoiar a criação e organização de associações civis de defesa do consumidor e apoiar as já existentes, inclusive com recursos financeiros e outros programas especiais;

VI - promover medidas e projetos contínuos de educação para o consumo, podendo utilizar os diferentes meios de comunicação e solicitar o concurso de outros órgãos da administração pública e da sociedade civil;

VII - colocar à disposição dos consumidores mecanismos que possibilitem informar os menores preços dos produtos básicos;

VIII - manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, divulgando-o publicamente e, no mínimo, anualmente, nos termos do art. 44 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 e dos arts. 57 a 62 do Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997, remetendo cópia ao Procon Estadual, preferencialmente por meio eletrônico;

IX - expedir notificações aos fornecedores para prestarem informações sobre reclamações apresentadas pelos consumidores e para comparecerem às audiências de conciliação designadas, nos termos do § 4º do art. 55 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;

X - instaurar, instruir e concluir processos administrativos para apurar infrações à Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, podendo mediar conflitos de consumo, designando audiências de conciliação;

XI - fiscalizar e aplicar as sanções administrativas previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, regulamentada pelo Decreto n.º 2.181, de 20 de março de 1997;

XII - solicitar o concurso de órgãos e entidades de notória especialização técnica para a consecução dos seus objetivos;

XIII - encaminhar os consumidores que necessitem de assistência jurídica à Defensoria Pública do Estado.

Seção II **Da Estrutura**

Prefeitura Municipal de Iturama

Art. 4º A Estrutura Organizacional do PROCON municipal será a seguinte, com a devida composição:

I - Coordenadoria Executiva: o Coordenador Executivo do PROCON municipal, de nível superior em Direito com diploma devidamente reconhecido pelo MEC e registro no conselho de classe e nomeado pela Administração Municipal, com mandato de 04 (quatro) anos, sendo estável durante o mandato.

II - Seção de Atendimento ao Consumidor: composta de dois oficiais administrativos, pertencentes ao quadro de servidores efetivos do Município de Iturama;

III - Seção de Fiscalização: um(a) agente de fiscalização, pertencente ao quadro dos servidores municipais;

IV - Seção de Apoio: um(a) agente de serviços gerais, pertencente ao quadro dos servidores municipais;

§1º Os cargos constantes do inciso II poderão ser preenchidos, ou aumentados, por dois estagiários do curso de Direito, devidamente matriculados a partir do 5º período, ou 3º ano, selecionados por meio de processo seletivo específico para o PROCON, através de provas ou provas e títulos.

Art. 5º As finalidades e competências das unidades previstos nesta Seção devem ser estabelecidas em Decreto.

Art. 6º A defesa judicial e extrajudicial do PROCON fica a cargo do Coordenador Executivo em conjunto com a Procuradoria Geral do Município.

Parágrafo único. O Coordenador Executivo, se efetivo, fará jus a remuneração do cargo efetivo, acrescida do percentual de 60% (sessenta por cento) do salário base.

Art. 7º O Poder Executivo municipal colocará à disposição do PROCON os recursos humanos necessários para o funcionamento do órgão, promovendo os remanejamentos necessários;

Art. 8º O Poder Executivo municipal disporá os bens materiais e recursos financeiros para o perfeito funcionamento do órgão, promovendo os remanejamentos necessários.

CAPÍTULO III

Do Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor – CONDECON

Art. 9º Fica instituído o Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - CONDECON, com as seguintes atribuições:

I - atuar na formulação de estratégias e diretrizes para a política municipal de defesa do consumidor;

II - administrar e gerir financeira e economicamente os valores e recursos depositados no Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - FMDC, bem como deliberar sobre a forma de aplicação e destinação dos recursos na reconstituição dos bens lesados e na prevenção de danos, zelando pela aplicação dos recursos na consecução dos objetivos previstos nesta Lei, bem como nas Leis nº 7.347, de 24 de julho de 1985, e nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, e seu Decreto Regulamentador;

III - prestar e solicitar a cooperação e a parceria de outros órgãos públicos;

IV - elaborar, revisar e atualizar as normas referidas no §1º do art. 55 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990;

V - aprovar, firmar e fiscalizar o cumprimento de convênios e contratos como representante do Município de Iturama, objetivando atender ao disposto no inciso II deste artigo;

VI - examinar e aprovar projetos de caráter científico e de pesquisa visando ao estudo, proteção e defesa do consumidor;

VII - aprovar e publicar a prestação de contas anual do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - FMDC, dentro de sessenta dias do início do ano subsequente;

VIII - elaborar seu Regimento Interno.

Art. 10 O CONDECON será composto de representantes do Poder Público e entidades representativas de fornecedores e consumidores, assim discriminados:

I - o (a) Coordenador(a) municipal do PROCON, que o presidirá;

II - o (a) Promotor(a) de Justiça de Defesa do Consumidor da Comarca;

III - o (a) Defensor(a) Público(a) da Comarca;

IV - um(a) Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas de Iturama;

V - um(a) representante da Secretaria de Educação;

VI - um(a) representante da Vigilância Sanitária;

VII - um representante da Secretaria Municipal de Finanças;

VIII - dois representantes de associações que atendam aos requisitos do inciso IV do art. 82 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

§1º As indicações para nomeações ou substituições de conselheiros serão feitas pelas entidades ou órgãos na forma de seus estatutos.

§2º Para cada membro titular será indicado um suplente, que o substituirá, com direito a voto, nas suas ausências ou no seu impedimento.

§3º Perderá a condição de membro do CONDECON e deverá ser substituído o representante que, sem motivo justificado, deixar de comparecer a três reuniões consecutivas ou a seis alternadas no período de um ano.

§4º Os órgãos e entidades relacionados neste artigo poderão, a qualquer tempo, propor a substituição de seus respectivos representantes, obedecendo ao disposto no §2º deste artigo, exceto o Coordenador(a) municipal do PROCON, sendo estável e inamovível durante todo o mandato.

§5º As funções dos membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor não serão remuneradas, sendo seu exercício considerado relevante serviço à promoção e preservação da ordem econômica e social local.

§6º O mandato dos membros do CONDECON será de 04 (quatro) anos, com direito a uma recondução, salvo os mencionados nos incisos I e II, considerados natos para todos os efeitos.

Art. 11 O Conselho reunir-se-á ordinariamente uma vez a cada dois meses e, extraordinariamente, sempre que convocados pelo Presidente ou por solicitação da maioria de seus membros.

Parágrafo único. As sessões plenárias do Conselho instalar-se-ão com a maioria de seus membros, que deliberarão pela maioria dos votos presentes.

Art. 12 A Prefeitura Municipal prestará apoio administrativo e fornecerá os recursos humanos e materiais ao CONDECON, que será administrado por uma Secretaria-Executiva.

CAPÍTULO IV

Do Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - FMDC

Art. 13 Fica instituído o Fundo Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor - FMDC, de que trata o art. 57 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, regulamentada pelo Decreto Federal nº 2.181, de 20 de março de 1997, com o objetivo de receber recursos destinados ao desenvolvimento das ações e serviços de proteção e defesa dos direitos dos consumidores.

Parágrafo único. O FMDC será gerido pelo Conselho Gestor, composto dos membros do Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, nos termos do inciso II do art. 9º desta Lei.

Art. 14 O FMDC terá o objetivo de prevenir e reparar os danos causados à coletividade de consumidores no âmbito do Município de Iturama.

§1º Os recursos do Fundo ao qual se refere este artigo serão aplicados:

I - na consecução de projetos, aquisição de bens e realização de atividades que promovam, aprimorem e fomentem a defesa e o direito do consumidor, a educação para o consumo e a capacitação e modernização administrativa e funcional dos órgãos públicos e entidades municipais de defesa do consumidor, em especial, o PROCON municipal;

II - na promoção de atividades e eventos educativos, culturais e científicos e na edição de material informativo relacionado à educação, proteção e defesa do consumidor;

III - no custeio de exames periciais, estudos e trabalhos técnicos necessários à instrução de procedimento investigatório;

IV - na modernização administrativa do PROCON;

V - no custeio de pesquisas e estudos sobre o mercado de consumo municipal elaborado por profissional de notória especialização ou por instituição sem fins lucrativos incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, ensino ou desenvolvimento institucional;

VI - no custeio da participação de representantes do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor - SMDC em reuniões, encontros e congressos relacionados à proteção e defesa do consumidor.

§2º Na hipótese do inciso III do parágrafo anterior, deverá o CONDECON considerar a existência de fontes alternativas para o custeio da perícia, a sua relevância, a sua urgência e as evidências de sua necessidade.

Art. 15 Constituem recursos do Fundo:

I - os valores resultantes das condenações judiciais de que tratam os artigos 11 e 13 da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985;

II - os valores destinados ao Município em virtude da aplicação da multa prevista no inciso I do art. 56 e no parágrafo único do art. 57 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, assim como daquela cominada por descumprimento de obrigação contraída em termo de ajustamento de conduta;

III - as transferências orçamentárias provenientes de outras entidades públicas ou privadas;

IV - os rendimentos decorrentes de depósitos bancários e aplicações financeiras, observadas as disposições legais pertinentes;

V - as doações de pessoas físicas e jurídicas nacionais e estrangeiras;

VI - outras receitas que vierem a ser destinadas ao Fundo.

Art. 16 As receitas descritas no artigo anterior serão depositadas obrigatoriamente em conta especial, a ser aberta e mantida em estabelecimento oficial de crédito, à disposição do CONDECON.

§1º As empresas infratoras comunicarão ao CONDECON, no prazo de dez dias úteis, os depósitos realizados a crédito do Fundo, com especificação da origem.

§2º Fica autorizada a aplicação financeira das disponibilidades do Fundo em operações ativas, de modo a preservá-las contra eventual perda do poder aquisitivo da moeda.

§3º O saldo credor do Fundo, apurado em balanço no término de cada exercício financeiro, será transferido para o exercício seguinte, a seu crédito.

§4º O Presidente do CONDECON é obrigado a publicar mensalmente os demonstrativos de receitas e despesas gravadas nos recursos do Fundo, repassando cópias aos demais conselheiros na primeira reunião subsequente.

Art. 17 O Conselho Municipal de Proteção e Defesa do Consumidor, em prazo não superior a noventa dias de sua implementação, elaborará e publicará seu Regimento Interno, que definirá as regras de seu funcionamento, dispondo, inclusive, sobre reuniões ordinárias e extraordinárias.

CAPÍTULO V **Da Macrorregião**

Art. 18 O Poder Executivo municipal poderá contratar consórcios públicos ou convênios de cooperação com outros Municípios, visando a estabelecer mecanismos de gestão associada e atuação em conjunto para a implementação de macrorregiões de proteção e defesa do consumidor, nos termos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.

Art. 19 O protocolo de intenções que anteceder à contratação de consórcios públicos de defesa do consumidor definirá o local de sua sede, que poderá ser estabelecida em quaisquer dos Municípios consorciados, bem como a sua denominação obrigatória de PROCON Regional, com competência para atuar em toda a extensão territorial dos entes consorciados.

CAPÍTULO VI **Disposições Finais**

Art. 20 Fica alterado o anexo XI da Lei Complementar 75, de 23 de março de 2015, passando a fazer parte integrante do mesmo os seguintes cargos de provimento em comissão:

Nomenclatura	Vagas	Grupo Operacional	Unidade Orçamentária	Departamento	Setor	Referência
Coordenador Executivo	1	Direção	Secretaria Municipal de Indústria e Comércio	Departamento de Defesa do Consumidor		NC-3

Art. 21 As atribuições do cargo mencionado no Art. 20 desta Lei serão as seguintes:

- I** - Coordenar a política municipal de defesa do consumidor;
- II** - Promover procedimento administrativo, como instância de instrução e julgamento no âmbito de sua competência, dentro das regras fixadas pela legislação em vigor;
- III** - Aplicar as sanções administrativas previstas na legislação de defesa do consumidor;
- IV** - Receber, assinar, avaliar e encaminhar consultas, denúncias ou sugestões apresentadas por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- V** - Prestar aos consumidores orientação permanente sobre os seus direitos e garantias;
- VI** - Informar, conscientizar e motivar o consumidor através dos meios de comunicação;
- VII** - Desenvolver palestras, campanhas, feiras, debates e outras atividades correlatas;
- VIII** - Manter cadastro atualizado de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços;
- IX** - Expedir notificações aos fornecedores para que, sob pena de desobediência, prestem informações sobre questões de interesse do consumidor;

Art. 22 Fica alterado o anexo VII da Lei Complementar 75, de 23 de março de 2015, ficando extinto o seguinte cargo de provimento em comissão

Nomenclatura	Vagas	Grupo Operacional	Unidade Orçamentária	Departamento	Setor	Referência
Diretor Geral	1	Direção	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Departamento de Habitação		NC-3

Art. 23 No desempenho de suas funções, os órgãos do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor poderão manter convênios de cooperação técnica entre si e com outros órgãos e entidades integrantes do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, no âmbito de suas respectivas competências e observado o disposto no art. 105 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 24 Consideram-se colaboradores do Sistema Municipal de Defesa do Consumidor as universidades públicas ou privadas que desenvolvam estudos e pesquisas relacionadas ao mercado de consumo.

Parágrafo único. Entidades, autoridades, cientistas e técnicos poderão ser convidados a colaborar em estudos ou participar de comissões instituídas pelos órgãos de proteção ao consumidor.

Art. 25 As despesas resultantes da execução desta Lei Complementar correm à conta das dotações consignadas no orçamento do Município.

Art. 26 Para atender às despesas decorrentes da aplicação desta lei e adequação orçamentária, fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos adicionais, obedecendo os preceitos do § 1º, do Art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 27 O Poder Executivo municipal aprovará, mediante decreto, o Regimento Interno do PROCON municipal, definindo a sua subdivisão administrativa e dispondo sobre as competências e atribuições específicas das unidades.

Art. 28 Nas lacunas desta lei, aplica-se subsidiariamente a Legislação Federal de Orientação, Proteção e Defesa do Consumidor e Legislação Estadual.

Art. 29 Ocorrendo a extinção do PROCON, por qualquer motivo, seus bens e direitos reverterem integralmente ao Município de Iturama.

Art. 30 Esta lei entrará em vigor em 01 de dezembro de 2020.

Art. 31 Revogam-se as disposições em contrário, especialmente a Lei nº 2.855 de 06 de dezembro de 1994.

Iturama-MG, 18 de março de 2020.



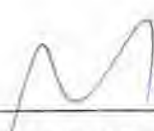
ANDERSON BERNARDES DE OLIVEIRA
Prefeito do Município de Iturama/MG.



DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DA DESPESA

MUNICÍPIO DE ITURAMA, inscrito no CPNJ/MG sob o nº. 18.457.242/0001-74, com sede na Avenida Alexandrita, nº. 1.314, bairro Jardim Eldorado, CEP 38280000, na cidade de Iturama-MG, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Exmo. Sr. **ANDERSON BERNARDES DE OLIVEIRA**, brasileiro, capaz, empresário, residente e domiciliado na Avenida João Mateus Sampaio, nº. 1.020, bairro Vila Pádua, CEP 38280000, na cidade de Iturama, titular da identidade MG-8.448.538, expedida pela PC/MG, inscrito no CPF/MG sob o nº. 004.971.806-18, nascido em 15/10/1980, Declarar no uso de minhas atribuições legais e em cumprimento às determinações do inciso II do art. 16 da Lei Complementar 101-2000, na qualidade de Ordenador de Despesas, e à vista da estimativa do Impacto Orçamentário - Financeiro elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento, DECLARA existir recursos para realizar o gasto, cujas despesas estão previstas nos exercícios financeiros de 2019/2021, estando adequadas à Lei Orçamentária Anual e compatíveis com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o Plano Plurianual.

Iturama-MG, 10 de março de 2020.


ANDERSON BERNARDES DE OLIVEIRA
Prefeito do Município de Iturama-MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE ITURAMA

Av. Alexandrita, n. 1.314 - Centro - 38.280-000
CNPJ - 18.457.242/0001-74
Gestão - 2017/2020



IMPACTO FINANCEIRO ORÇAMENTÁRIO

Em cumprimento ao disposto nos art. 16 e 21 Lei Complementar nº 101-2000, e no parágrafo 1º e incisos do art. 169 da Constituição Federal, considerando as metas e prioridades elencadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, emitimos o presente parecer, considerando os seguintes dados. Finalidade: Criar Cargo de Coordenador do PROCON e extinguir o Cargo de Diretor Geral de Departamento de Habitação.


REMUNERAÇÃO


CARGO	SALÁRIO BASE 2020	ESTIMATIVA DE AUMENTO 2020/2021	SALÁRIO BASE 2021	ESTIMATIVA DE AUMENTO 2021/2022	SALÁRIO BASE 2022	ESTIMATIVA DE AUMENTO 2022/2023	SALÁRIO BASE 2023
Coordenador do PROCON	R\$ 5.723,39	4,05%	R\$ 5.955,19	4,1%	R\$ 6.199,35	4,3%	R\$ 6.465,92
Dir. Ger. Dep. De Habitação	R\$ 5.723,39	4,05%	R\$ 5.955,19	4,1%	R\$ 6.199,35	4,3%	R\$ 6.465,92

IMPACTO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

Descrição	Coordenador do PROCON - (A)	Dir. Ger. Dep. De Habitação - (B)	Impacto Anual R\$ (A-B)	Impacto Anual (%) - (A-B)
Remuneração 2020 - Inclusive (Férias, 13º e Obrigações Patronais)	R\$ 9.873,28	R\$ 9.873,28	R\$ 0,00	0,00%
Remuneração 2021 - Inclusive (Férias, 13º e Obrigações Patronais)	R\$ 157.252,08	R\$ 157.252,08	R\$ 0,00	0,00%
Remuneração 2022 - Inclusive (Férias, 13º e Obrigações Patronais)	R\$ 163.699,42	R\$ 163.699,42	R\$ 0,00	0,00%
Remuneração 2023 - Inclusive (Férias, 13º e Obrigações Patronais)	R\$ 170.738,49	R\$ 170.738,49	R\$ 0,00	0,00%
TOTAL	R\$ 501.563,25	R\$ 501.563,25	R\$ 0,00	0,00%

Iturama-MG, 06 de Março de 2.020


Sirlei Alves Severino Leonel
Secretaria Municipal de Finanças


Juliana de Oliveira Caetano Faria
Secretaria Municipal de Planejamento


Saulo Divino Garcia Alfaiate
Diretor Geral de Contabilidade





MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE UBERLÂNDIA
PROGRAMA ESTADUAL DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR

Rua São Paulo, nº 95, Tiberý, Uberlândia/MG – CEP: 38.405-027

Ofício nº 219/2019/PROCON/3ªPJ/UDIA

Assunto: **RECOMENDAÇÃO (FAZ)**



O Dr. Fernando Rodrigues Martins, 3ºPromotor de Justiça, usando das atribuições que lhe confere o artigo 67, inciso VI da LC 34/94; art. 27, inciso II da Lei Federal 8.625/93

Exmo(a). Sr.(a):

Tendo em vista o Processo Administrativo n.º 0702.13.001513-5 instaurado no PROCON ESTADUAL, representado, nesta cidade, pela 3ª Promotoria de Justiça –Curadoria de Defesa do Consumidor, que considera a inexistência do Serviço de Inspeção Municipal em diversas cidades que compõe a Coordenação Regional Procon - Uberlândia e dado a recente Audiência Pública, 26/08/2019, que tratou do tema em questão,

RECOMENDA-SE:

- A adoção, no prazo de 30 (trinta) dias, de uma Legislação para regulamentar o Serviço de Inspeção Municipal ou a adesão a um projeto de implantação de Serviço de Inspeção Municipal Consorciado como o CIDES- Consórcio Público Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba;

Cumprе informar que posteriormente ao prazo acima deverá ser apresentado informações, no prazo de 10(dez) dias, bem como será desenvolvido pela Coordenadoria Regional Procon- Uberlândia ações de fiscalização na região a considerar que a ausência do Serviço de Inspeção Municipal implica na prática infrativa descrita no art. 20 do Decreto 2.181 de 20/03/1997.

Uberlândia, 12 de novembro de 2019.

Fernando Rodrigues Martins
- Promotor de Justiça-
Promotoria Especializada na Defesa dos Direitos do Consumidor
Coordenador Regional do PROCON ESTADUAL

Exmo.(a) Sr.(a)
Prefeito(a) Municipal
Iturama-MG



LEI N º 2.855 DE 06/12/94

**INSTITUI O PROGRAMA
MUNICIPAL DE ORIENTAÇÃO E
DEFESA DO CONSUMIDOR E DÁ
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Povo do Município de Iturama, Estado de Minas Gerais, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou, e eu Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1 º - Fica instituído no Município de Iturama, Minas Gerais, o PROGRAMA MUNICIPAL DE ORIENTAÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR- PROCON-órgão de caráter deliberativo, destinado a elaborar, executar e fiscalizar a política de defesa do consumidor no Município de Iturama, Minas Gerais.

Art. 2 º - O PROCON atuará na área do Município, podendo conveniar-se com outros Municípios jurisdicionados à Comarca de Iturama – MG para expandir a sua atuação, naquilo que lhe for permitido, e com outros, visando a implantação dos respectivos programas de proteção e defesa do consumidor.

Art. 3 º - A estrutura administrativa e funcional do PROCON será a seguinte:

I Uma coordenadoria Geral, a nível departamental, que será dirigida por Coordenador Geral, de nível superior, e de livre nomeação e exoneração pelo Prefeito Municipal.

II Setores operacionais, a nível seccional, dirigidos por profissionais pertencentes ao quadro de funcionários da Prefeitura Municipal de Iturama de livre nomeação, remanejamento e exoneração pelo Prefeito Municipal dentro das funções exercidas junto ao PROCON nas seguintes áreas:

a) Setor de Apoio Administrativo-Estatística e Pesquisa de Mercado- SAAD, composto do seguinte pessoal:

- 1-Agente administrativo I
- 2-Auxiliar de serviços gerais

b) Setor do Contencioso, SECON, com o seguinte pessoal:

- 1-Advogado I
- 2-Advogado II
- 3-Agente de administração I

c) Setor de Fiscalização, SEFIZ, com o seguinte pessoal:

1- Agente de Fiscalização I; e
2-Fiscal de Defesa do Consumidor.

Art. 4 º -A Coordenação Geral compete:

- I - Supervisionar e orientar a execução da política Municipal de proteção defesa e orientação ao consumidor referendada pela Lei Federal nº 8.078/90 (Código de defesa do consumidor)
- II - Definir a política de formação e informação do desenvolvimento de ações especiais de educação de massa;
- III - Recomendar e desenvolver estudos e suporte as medidas de interesse do programa;
- IV - Promover, no âmbito de sua competência, a fiscalização e controle do mercado e das relações de consumo, através de pesquisas vinculadas ao órgão;
- V - Sugerir a elaboração de normas necessárias a fiscalização e controle produção, industrialização, distribuição e publicidade de produtos e serviços, no interesse e na preservação da vida, da saúde, da segurança, da informação e do bem-estar do consumidor;
- VI - Atuar em articulação com órgãos e entidades da União e do Estado para a fiscalização de preços, abastecimento, quantidade qualidade, apresentação distribuição e segurança de bens e serviço de acordo com as determinações do Departamento Nacional de defesa do consumidor, da Diretoria Nacional do Direito Econômico.
- VII - Apurar reclamações de consumidores, encaminhando para Delegacia Regional de Segurança Pública e/ ou para a Curadoria do Ministério Público de Proteção e Defesa do Consumidor, as questões que não possam ser resolvidas administrativamente ou que, em tese, constituam infrações penais;
- VIII - Coordenar as atividades técnicas necessárias a serem desenvolvidas;
- IX - Requisitar aos órgãos da Administração Pública as informações e orientações de interesse do programa;
- X - Coordenar as finalidades gerais do órgão, acompanhando e orientando os funcionários no desempenho de suas funções;
- X I - Determinar e supervisionar os trabalhos e diligências para apuração de fatos e atos denunciados ao órgão e os procedimentos decorrentes.
- XII - Elaborar relatórios mensais e anual do órgão, bem como encaminha-los à Administração e divulgá-los em tempo hábil

Art. 5 º - Compete ao Setor de Apoio Administrativo, Estatísticas e Pesquisa de Mercado - SAAD:

- I - Planejar, organizar, coordenar e controlar as atividades administrativas do PROCON, conforme as orientações da Coordenadoria Geral ;
- I I- Requisitar e controlar a utilização de materiais de consumo e permente do órgão;
- III - Controlar a frequência e a assiduidade dos serviços do PROCON;
- IV - Orientar e supervisionar os serviços de recepção, telefonia e

reprografia a serem desenvolvidas pelo órgão;

V - Coordenar o serviço de transporte, copa e limpeza geral do PROCON;

VI - Preparar, expedir e controlar o arquivo de correspondência do PROCON, inclusive as recebidas pelo órgão;

VII - Organizar, controlar e manter atualizado o arquivo de publicações diversas e que sejam de interesse do órgão;

VIII - Efetuar o protocolo de requerimentos diversos, imprimindo-lhes a adequada tramitação dentro do órgão e zelando para que a Coordenadoria Geral tenha ciência dos mesmos;

IX - Executar outras atividades afins que lhe sejam atribuídas pela Coordenação Geral;

X - Efetuar levantamento de preços e produtos comercializados sua variação comparativa, nos diversos estabelecimentos comerciais, mantendo banco de dados atualizado, a fim de informar o consumidor;

XI - Fazer veicular folhetos informativos com tabelas de preços oficiais elaborados pelo PROCON, perante a população em geral;

X - Realizar estudos consubstanciados em documento específico colocando-os à disposição do consumidor e instrumentos de divulgação de preços de produtos básicos da subsistência da população em geral, comercializados ou sujeitos as relações de consumo;

XII - Efetuar cálculos e projeções estatísticas compondo quadros e mapas demonstrativos de preços e produtos praticados e comercializados;

XIII - Elaborar relatórios mensais e anual compondo banco de dados estatísticos para informações e orientação geral da população, visando o equilíbrio desejável das relações de consumo;

Art. 6º - Compete ao setor do Contencioso-

SECON:

I - proceder toda assistência jurídica, nos casos em que couber a interveniência do órgão, judicial ou extrajudicialmente;

II - emitir parecer nos processos que lhe forem encaminhados

III - defender e orientar os consumidores, que não tiveram condições econômicas suficientes para contratar seus próprios advogados, contra fraudes e/ou abusos praticados contra eles pela atividade privada ou pelo Poder Público;

VI - encaminhar aos órgãos policiais ou judiciários, os elementos necessários para a instauração dos procedimentos previstos no Código de Defesa do Consumidor, bem como propiciar ao Ministério Público as condições necessárias para sua intervenção nas questões de sua competência;

V - defender os interesses do órgão, mediante delegação da Coordenadoria Geral;

VI - executar outras atividades afins e que lhe forem atribuídas pela

Coordenação Geral.

Art. 7 ° - Compete ao Setor de Fiscalização-

SEFIZ:

I - Coordenar, organizar, agilizar e controlar as atividades de fiscalização, no sentido de levantar e apurar, relatar e opinar sobre a veracidade de denúncias ao PROCON;

II - Supervisionar, orientar e elaborar autos de infração e constatação de outros atos de sua competência, previstos em regulamento e/ou na legislação pertinente;

III - Iniciar com os autos de infração e relatório decorrentes os processos decorrentes da atividade de fiscalização, conforme procedimentos estabelecidos em regulamento próprio;

IV -Elaborar relatório mensal do trabalho desenvolvido pelo setor;

V - Controlar, organizar e manter atualizado o arquivo de documentos referentes ao setor, conforme as instruções da Coordenação Geral;

VI - Elaborar documentos informativos, zelando para que a Coordenação Geral seja sempre centrada nas atividades desenvolvidas pelo setor;

VII - Executar outras atividades afins, que lhe sejam atribuídas pela Coordenação Geral.

Art. 8 ° - Os cargos ora criados no PROCON, passarão a integrar e terão a seguinte correlação com o quadro permanente de funcionários da Prefeitura Municipal de Iturama:

PROCON	PREFEITURA
I- Advogado I	Advogado I
II- Advogado II	Advogado II
III-Agente de Administração	Assistente de Administração I
IV-Auxiliar de serviços Gerais	Assistente de Administração I V
-Fiscal de defesa do consumidor	Fiscal de Posturas Municipais VI-Agente
de Fiscalização	Fiscal de Posturas Municipais

Art. 9 °- O cargo preenchido em comissão, terá a seguinte correlação:

PROCON	PREFEITURA
I - Coordenação Geral	Diretor de Departamento

Art. 10 ° -Ficam criados os cargos abaixo



discriminados no PROCON, com número de vagas e símbolo salarial, assim definidos:

CARGOS	VAGAS	SÍMBOLO SALARIAL
I - Advogado I	01	NC II
II - Advogado	01	NC II
III-Agente de Administração	02	PADRÃO VIII
IV-Auxiliar de Serviços Gerais	01	PADRÃO VIII
V- Fiscal de defesa do Consumidor	01	PADRÃO XI
VI-Agente de Fiscalização I	01	PADRÃO XI

Art. 11 ° - O PROCON buscará apoio e colaboração nos seguintes órgãos:

Da Área Federal:

- a) Departamento Nacional de Proteção e Defesa do Consumidor - DNPDC;
- b) Superintendência Nacional de Abastecimento - SUNAB;
- c) Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial - INMETRO;
- d) Secretaria da Receita Federal.

Da Área Estadual:

- a) Programa Estadual de Orientação do Consumidor - PROCON;
- b) Curadoria do Ministério Público de Proteção e Defesa do Consumidor;
- c) Delegacia Regional de Segurança Pública;
- d) Juizado de Pequenas Causas e o Poder Judiciário em geral.

Da Área Municipal:

- a) Associações Cívicas da Comunidade;
- b) Centro de Vigilância Sanitária da Secretaria Municipal de Saúde;

Outros Órgãos:

a) Demais órgãos das estruturas federal, estadual e municipal que, de alguma forma dentro de suas competências específicas, possam colaborar ou apoiar as ações do PROCON na proteção e defesa do consumidor e no equilíbrio desejado das relações de consumo no Município de Iturama e na área Jurisdicionada.

Art. 12 ° - Os servidores de cargos efetivos nas atividades do PROCON, serão designados dentre os servidores do respectivo quadro de servidores da Prefeitura Municipal, respeitadas as correspondências previstas nesta Lei.

Art. 13 ° - As despesas com a implantação do PROCON, correrão por conta da dotação orçamentária própria, ficando o Prefeito Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, na conformidade com o art. 43, § 1 °, I I I, da Lei

Federal nº 4.320/64.

Art. 14º - Esta Lei será regulamentada por decreto do Poder Executivo.

Art. 15º - Esta Lei entra em vigor na data de sua Publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Iturama, 06 de dezembro de 1994.
Prefeito Municipal



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL

PARECER JURÍDICO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 07/2020.

ASSUNTO: DISPÕE SOBRE A ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE DEFESA DO CONSUMIDOR – SMDC, ESTRUTURA A COORDENADORIA MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – PROCON, O CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – CONDECON E O FUNDO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR – FMDC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Projeto de Lei Complementar visa criar em síntese alterar a estrutura do Procon de Iturama, Estado de Minas Gerais.

A competência para proposição sobre a matéria está de acordo com o estabelecido na Lei Orgânica Municipal em seu inciso I e III do artigo 50, vejamos:

Art. 50. São de iniciativa exclusiva do Prefeito, as leis que disponham sobre:

I – criação, transformação ou extinção de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

...

III – criação, estruturação e atribuições das Secretarias ou Departamentos equivalentes e Órgãos da Administração Pública;

A matéria foi proposta através de norma adequada, pois foi reservada a Lei Complementar no inciso VII do Parágrafo Único do Art. 49 da Lei Orgânica Municipal, vejamos:

Art. 49. As leis complementares somente serão aprovadas se obtiverem maioria absoluta dos votos dos membros da Câmara Municipal, observados os demais termos de votação das leis ordinárias.

Parágrafo Único. Serão leis complementares, dentre outras previstas nesta Lei Orgânica:

VII – lei de criação de cargos, funções ou empregos públicos;

Assim verifico que a competência e a forma estão de acordo com a legislação.

Vale destacar também que a criação de cargos públicos pelo Poder Executivo está adstrita aos limites previstos no art. 169 da Constituição Federal,



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL

isto é, só podem ocorrer se houver prévia dotação orçamentária e autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, reproduzo:

Art. 169. A despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.

§ 1º A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração direta ou indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público, só poderão ser feitas:

I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II - se houver autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias, ressalvadas as empresas públicas e as sociedades de economia mista.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício de 2020 consagra a criação de cargos, reproduzo:

Art. 21. A Administração Municipal poderá no exercício financeiro de 2020:

...

VI - criar, com autorização do Legislativo, cargos de provimento efetivo e em comissão:

Por fim vejamos o que diz a Lei de Responsabilidade Fiscal, em seu artigo 16, reproduzo:

LC 101/2000:

"Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;



CÂMARA MUNICIPAL DE ITURAMA

PROCURADORIA GERAL

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes"

OPINO pela constitucionalidade do Projeto de Lei Complementar.

O projeto deve ser submetido à apreciação da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação, Comissão de Orçamento e Tomada de Contas e Comissão de Serviços Públicos Municipais, Transporte e Meio Ambiente.

Ressalta-se, por fim, que o quórum das deliberações do projeto em questão, caso os vereadores deem prosseguimento, é de **MAIORIA ABSOLUTA**, conforme preleciona o art. 264, X do Regimento Interno da Câmara Municipal, caso aprovados nas Comissões Permanentes.

O parecer não vincula as comissões permanentes, nem tão pouco reflete o pensamento dos edis, que deverão apreciar o presente Projeto de Lei Complementar.

Salvo Melhor Juízo, este é o parecer.

Iturama - MG, 03 de abril de 2.020.

David Tribiollli Corrêa
Advogado